

# O caminho da negociação

Os gaúchos têm uma expressão para indicar que preferem evitar os conflitos mas que, uma vez neles envolvidos, não abandonam a luta facilmente: “Dou um boi para não entrar na briga e uma boiada para não sair”, dizem. Nestes meses que separam o volúvel Cruzeiro Real do Real estável, os brasileiros estão descobrindo que entrar na inflação alta lhes custou boi, mas sair dela pode lhes custar a boiada. Não que isso seja do seu agrado — embora seja equivocado dizer que a inflação prejudica a todos. A inflação alta beneficia a um grupo restrito mas expressivo da economia nacional. É simplesmente a dura realidade que, esta sim, sujeita a todos.

A característica nacional de diluir os conflitos — que nada tem a ver com errônea suposição de que sejamos um povo cordial —, evitando enfrentar diretamente grande parte dos problemas, nos levou a conviver com a inflação, ao invés de combatê-la, por demasiado tempo. Enquanto a carestia não superou o tabu dos 84% vigentes em 64 e que, em certa medida, serviram de justificativa para a deposição de João Goulart, a convivência com o inimigo não pareceu tão desagradável.

A partir do momento em que o dragão inflacionário se aborreceu com a dieta à base de correção monetária, surgiram as dificuldades. O Plano Cruzado, convém lembrar, foi lançado quando os preços passaram a subir mais de 13% ao mês, um percentual de despertar nostalgia nos tempos atuais. De choque em choque constatou-se que a inflação tem fôlego de gato e ardis de gatuno. Depois de várias separações e reatamentos, a sociedade brasileira parece convencida de que a única solução é divorciar-se do dragão.

O problema do divórcio neste casamento de conveniência, abençoado pela correção monetária, é que ele é litigioso. Ao longo de tantos anos amealhou-se um patrimônio comum e gerou-se uma prole que, diante da separação iminente, exige definições que

implicam em conflitos de interesses de superação extremamente difícil porque, ao contrário do que ocorreu no passado, não têm mais o caráter de rixas passageiras.

Os aluguéis talvez sejam o melhor exemplo de como o problema se desenvolveu e de como é difícil solucioná-lo. Enquanto a inflação era civilizadamente baixa, os conflitos entre locadores e locatários só surgiam após alguns anos e não era preciso que o Estado interviesse a cada instante. Com os preços subindo em percentuais algo mais altos, os atritos se intensificaram e foi necessário adotar os indexadores para reajustes periódicos com uma maior intervenção estatal. Com a inflação em alta, além dos indexadores, tornou-se inevitável uma maior presença governamental e abreviar os intervalos de reajuste enquanto o mercado, sempre rebelde a este tipo de arbitragem, passava a embutir no valor inicial uma expectativa de desvalorização de modo a que o aluguel médio estivesse nos níveis desejados pelo locador.

Como os aluguéis não têm uma database e não podem passar por um processo de alinhamento, como ocorre com outros preços, estabeleceu-se o impasse. Dependendo do critério, o valor reajustado pode variar em mais de 200%. Isto é suficiente para dar uma idéia da magnitude dos interesses envolvidos e que não se dividem apenas entre locatários e locadores, mas também atravessam cada um desses segmentos, além de ter implicações sociais e econômicas que o Governo não pode ignorar. Sem falar das conseqüências políticas quando estamos a menos de cinco meses da maior eleição da história do País.

Face às circunstâncias, não se pode simplesmente “deixar como está para ver como fica” nem tampouco adotar uma medida de inspiração puramente tecnocrática. Por mais difícil que seja encontrar um termo médio, a única solução é perseverar nas negociações, um caminho que, reconheça-se, a área econômica do Governo tem demonstrado conhecer.